



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição 8 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 9 de abril de 2012

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Relação 'distante' deve ser desafio para Dilma nos EUA ..... 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Visita de Dilma prevê assinatura de acordos ..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ÚLTIMO SEGUNDO</b> Após cinco anos, Ginga ainda engatinha no Brasil ..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Produção industrial ainda fraca ..... 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Guerra dos portos pode ir à votação ..... 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> O pacote industrial ..... 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FAPEAM</b> Sect-AM mobiliza parlamentares em prol do Centro de Biotecnologia da Amazônia ..... 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BAHIA ECONOMICA</b> GOVERNO FEDERAL EXCLUÍ ZPE DE ILHÉUS ENTRE AS PRIORITÁRIAS DO PAÍS ..... 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Relação 'distante' deve ser desafio para Dilma nos EUA</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Relação 'distante' deve ser desafio para Dilma nos EUA

**Diminuir a distância que separa os governos dos dois países e encontrar mecanismos para aprofundar relações e administrar desavenças devem ser os grandes desafios que a presidente Dilma Rousseff enfrentará durante sua visita oficial aos Estados Unidos, nesta segunda e terça-feira.**

Embora os Estados Unidos sejam o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China, e os dois países tenham uma série de desavenças comerciais e divergências políticas pendentes, o encontro entre Dilma e o presidente americano Barack Obama em Washington, nesta segunda-feira, e a visita da presidente a Boston, na terça, devem ser marcados por anúncios e parcerias relacionados principalmente às áreas de ciência, educação, tecnologia e inovação.

Temas mais espinhosos, como um eventual apoio dos Estados Unidos à ambição do Brasil por um assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado, provavelmente não devem registrar maiores avanços, na opinião de analistas consultados pela BBC Brasil.

Um dos focos da visita deve ser o programa Ciência sem Fronteiras, do Governo Federal, que prevê a concessão de 75 mil bolsas de estudos para pesquisadores e estudantes brasileiros em universidades de diversos países. Atualmente 800 bolsistas brasileiros já estudam nos EUA como parte do programa.

### Distância

Para Peter Hakim, presidente-emérito do instituto de análises políticas Inter-American Dialogue, embora temas como educação, ciência e tecnologia sejam importantes no longo prazo, o foco nestas questões pode ser uma indicação das distâncias entre os dois governos.

"(Estes temas) podem ser de grande importância no longo prazo, mas não devem ser objeto de envolvimento presidencial. Eles demonstram a escassez de consultas e negociações entre Brasil e Estados Unidos", disse.

Segundo o analista, embora as relações entre Brasil e EUA sejam 'amigáveis', há uma dificuldade em torná-las mais produtivas.

"Nem os Estados Unidos nem o Brasil têm ideias sérias sobre o que pode ser feito para tornar a relação mais produtiva e cooperativa. Claro que as relações são majoritariamente amigáveis e cordiais, apesar de muitos desacordos e algumas disputas abertas. Os dois governos se acomodam e se toleram enquanto mantêm sua distância", diz.

### Avanços

Já para Julia Sweig, diretora de Estudos Latino-Americanos do think-tank Council on Foreign Relations, desde a visita de Obama ao Brasil, em março do ano passado, já foram registrados avanços nas relações entre os dois países, como o fim da tarifa imposta pelos EUA à importação de etanol brasileiro, que estava em vigor há mais de 30 anos e não foi renovada pelo Congresso americano, no último mês de dezembro.

"Eu não vejo as coisas de maneira tão negativa, provavelmente porque estou vendo as coisas de um modo mais histórico (...). O Congresso (americano) eliminou a tarifa sobre o etanol (brasileiro), que era um grande assunto da agenda brasileira", disse Sweig em entrevista concedida pelo telefone.

Embora a maioria dos analistas afirme ser improvável que a visita da presidente Dilma resulte no anúncio de mudanças significativas nas relações entre os dois países, na opinião de Abraham Lowenthal, professor-emérito de Relações Internacionais da University of Southern California, o sucesso da viagem presidencial dependerá da capacidade dos dois governos de intensificarem a cooperação bilateral.

"O grande significado de tais visitas presidenciais, em minha opinião, tem mais relação com os sinais que os presidentes enviam a suas burocracias e públicos nacionais do que com ocasiões para mudanças dramáticas de abordagem e política", disse Lowenthal em entrevista à BBC Brasil.

"A visita está estimulando ambos os governos a registrar progressos em temas específicos: oportunidades educacionais, cooperação tecnológica e perspectivas de cooperação em exploração e produção de petróleo e de

energias renováveis. Se os dois governos continuarem a construir a cooperação nestes temas, a visita certamente será bem sucedida.

### **Irã e Conselho de Segurança**

No campo da política internacional, no entanto, Brasil e Estados Unidos vêm divergindo principalmente no que diz respeito ao modo como lidar com o programa nuclear iraniano e em relação à intervenção das forças da Otan na Líbia.

Durante visita à Índia, no final de março, Dilma defendeu o direito de países desenvolverem programas nucleares para fins pacíficos e criticou a intensificação de sanções contra o Irã, cujo programa nuclear é visto por EUA, Israel e países europeus como um meio de desenvolver armas atômicas, o que o governo de Teerã nega.

O país já havia sido motivo de divergências com os Estados Unidos, quando, em maio de 2010, Brasil e Turquia mediarão um acordo sobre o programa nuclear iraniano que foi posteriormente rejeitado pelo governo americano.

Na opinião de Peter Hakim, o tema continua a ser crucial para o governo americano, principalmente em um ano de eleição presidencial. Segundo o analista, a posição

brasileira em relação ao Irã pode ser um dos motivos que levam os Estados Unidos a não anunciarem um apoio à entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

"Um apoio deixaria Obama vulnerável a acusações de que estaria premiando um país que apóia o Irã", disse.

Já para Julia Sweig, os governos de Estados Unidos e Brasil têm conhecimento das posições um do outro sobre a questão e as discussões sobre o tema devem transcorrer sem maiores surpresas.

"Eu acho que a grande lição que foi aprendida desde a Declaração de Teerã de maio de 2010 a respeito do Irã e de outras questões de segurança internacional entre EUA e o Brasil é a de administrar os desacordos. Eu não acho que haverá nenhuma surpresa no modo como a presidente Dilma e o presidente Obama irão discutir a questão do Irã". BBC Brasil - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização por escrito da BBC.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Visita de Dilma prevê assinatura de acordos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Entre os principais está a ampliação da cooperação no setor de aviação**

**Outro deles reconhece a cachaça como produto brasileiro; ao chegar, presidente afirma que expectativa é "ótima"**

Enquanto Dilma Rousseff e Barack Obama estiverem conversando na Casa Branca hoje, seus governos estarão assinando convênios para ampliar a relação bilateral.

No topo, está um memorando para ampliar a cooperação em aviação, a ser assinado pela secretária de Estado Hillary Clinton e o chanceler Antonio Patriota.

Em um momento em que a brasileira Embraer viu a licitação que venceu para vender 20 jatos a Washington ser cancelada e que a americana Boeing reduz sua esperança de vender caças a Brasília, porém, o memorando traz apenas uma promessa de estreitar laços.

Também serão assinados entendimentos para cooperação estadual e municipal e em segurança alimentar, ambiente, ciência e tecnologia.

O único acordo com efeito imediato, entretanto, é o que reconhece a cachaça como produto brasileiro e permite, assim,

que só o aguardente de cana produzido no país use o nome \_uma espécie de "denominação de origem controlada", conquistada após 11 anos de negociação.

Dilma chegou no fim da tarde de ontem a Washington e foi direto encontrar 23 empresários brasileiros que atuam nos EUA. Hoje, conversará com executivos no chamado "Fórum de CEOs", antes de falar a 600 pessoas na Câmara de **Comércio**.

Indagada sobre sua expectativa para a reunião com Obama que ocorre no final da manhã de hoje, respondeu apenas: "É ótima".

Com a presidente, vieram Patriota e outros seis ministros: Fernando **PIM**entel (**Desenvolvimento** e Indústria), Marco Antonio Raupp (Ciência e Tecnologia); Aloizio Mercadante (Educação); Aguinaldo Ribeiro (Cidades); Gleisi Hoffmann (Casa Civil) e Helena Chagas (Secretaria de Comunicação).

	VEÍCULO ÚLTIMO SEGUNDO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Após cinco anos, Ginga ainda engatinha no Brasil</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### **Apesar de obrigatoriedade do Ginga a partir de 2013, interatividade ainda depende da cobertura da TV digital e mais conteúdo**

Grandes empresas com fábricas no Brasil, como Samsung e LG, correm contra o tempo para incluir o Ginga, sistema de interatividade para a TV digital, nos televisores até janeiro de 2013. Os projetos dos fabricantes com Ginga, que seguiam com lentidão desde 2007 quando a tecnologia foi adotada como padrão, ganharam impulso com a decisão do governo brasileiro de obrigar a instalação do Ginga em 75% das TVs fabricadas no País em 2013. O percentual aumentará para 90% em 2014.

A portaria interministerial publicada pelo governo brasileiro em fevereiro estabeleceu que os fabricantes só receberão incentivos fiscais do Processo Produtivo Básico (**PPB**) de TVs se o Ginga estiver presente nos aparelhos. Trata-se de um esforço do governo para popularizar o Ginga no Brasil no período pré-Copa do Mundo de 2014, quando os brasileiros tradicionalmente aproveitam para trocar a TV por um modelo com tela maior e recursos mais avançados.

Criado por pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Ginga foi disponibilizado em 2007, cerca de dois anos após a adoção do padrão japonês de TV digital no País. "O Ginga enfrenta uma lacuna de tempo entre seu desenvolvimento e a chegada ao mercado", disse Cezar Alvarez, secretário-executivo do Ministério das Comunicações (Minicom), ao iG. O sistema permite que os espectadores interajam com a programação e acessem aplicativos, de maneira similar às TVs conectadas.

Os aplicativos desenvolvidos para Ginga são transmitidos pelas emissoras de TV junto com o sinal da TV digital ou podem ser baixados por meio de uma loja virtual, acessada a partir da TV por meio da internet. Por meio deles, os espectadores podem acessar informações sobre os programas que estão assistindo, participar de enquetes e fazer compras por meio da TV. Alguns recursos dependem do envio de informações da TV para um servidor, portanto, só funcionam quando há conexão com a internet.

**Mais de 10 milhões por ano**

O potencial da plataforma Ginga é grande, considerando o tamanho do mercado de TVs no Brasil: só em 2012, as vendas de TVs (incluindo televisores de tubo e tela fina) devem chegar a 12 milhões de unidades. Além de permitir que os espectadores obtenham informações sobre os programas de TV, o governo brasileiro planeja usar o sistema para projetos sociais, como envio de informações sobre prevenção de doenças ou consulta a serviços públicos por meio da TV, em localidades onde o acesso a internet ainda é escasso.

Até agora poucos fabricantes de TVs, conversores (set-top boxes) e celulares apostaram, de fato, no Ginga. "É difícil convencer os brasileiros de que conseguimos fazer uma coisa boa", diz Luiz Fernando Gomes Soares, pesquisador da PUC-Rio e criador do Ginga. O longo tempo de atraso na chegada da interatividade ao mercado acabou tornando o Ginga um desconhecido em seu próprio País. Fora do Brasil, no entanto, o sistema se tornou popular rapidamente: ele já foi reconhecido como padrão internacional para serviços de IPTV pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) e está em processo de adoção por outros 13 países, a maioria deles na América Latina.

Contudo, o Ginga ainda precisa percorrer um longo caminho até se tornar popular no Brasil. Um dos entraves é a transmissão do sinal de TV digital, ainda indisponível em boa parte do País (veja infográfico), por conta dos altos investimentos que poucas retransmissoras têm condições de fazer. Isso significa que, apesar de as TVs com Ginga chegarem às lojas de regiões não atendidas a partir do ano que vem, quem comprá-las continuará sem acesso às imagens em alta definição e aos recursos de interatividade.

Todos os 26 modelos de TVs da Sony vendidos no Brasil já possuem o Ginga embarcado

### **Fabricantes investem com cautela**

Entre as fabricantes de TVs, apenas a Sony oferece o Ginga em 100% da linha vendida no Brasil. "Decidimos apostar no Ginga logo no início, mas sabemos que o mercado está longe de estar maduro", diz Luciano Bottura, gerente de produto da linha Bravia da Sony.

Na linha de TVs mais recente da marca, 26 modelos contavam com o sistema de interatividade - recurso presente em mais TVs da linha que a conexão de internet, que é encontrada em 22 modelos da linha atual.

Outra empresa que apostou cedo no Ginga foi a Visiontec. A fabricante de antenas parabólicas decidiu entrar para o **mercado** de set-top boxes, dispositivos que são conectados à TVs analógicas para permitir a recepção do sinal digital. Em 2009, a empresa desenvolveu a primeira versão do produto com o software do Ginga, licenciado pela Totvs. O produto chegou às lojas no início de 2010, mas a procura foi pequena. "Até hoje não passamos de 3 mil peças vendidas, mas o investimento no novo negócio não foi menor que R\$ 18 milhões", diz Ricardo Minari, diretor de negócios e tecnologia da Visiontec.

Por conta da baixa demanda dos consumidores, outras fabricantes também olham para o Ginga com cautela. TVs de marcas como Samsung e Semp Toshiba são encontradas no varejo desde o ano passado, mas o consumidor demora a achar, pois a quantidade fabricada ainda é pequena. "Desde agosto de 2011 já colocamos o Ginga em alguns modelos de TVs, mas ainda estamos na fase de testes", diz Benjamin Sicsú, vice-presidente de novos negócios da Samsung no Brasil.

Embora tenha lançado produtos com Ginga há cerca de um ano, nenhum anúncio ou comercial de TV da maioria das fabricantes promove o recurso. O motivo, segundo Sicsú, é a insegurança na estabilidade do sistema, que ainda precisa de mais testes. "Temos que assegurar que as TVs captem a interatividade todos os dias, mas existe pouco conteúdo para testar", diz Sicsú, que aguarda a aprovação, em outubro, de um conjunto de testes pelo Fórum do Sistema Brasileiro de **TV digital** (SBTVD).

Nova linha de TVs da LG que chegou ao **Brasil** ainda não tem Ginga, mas receberá atualização até o final do ano

Na LG, os executivos garantem que a nova linha de televisores, que chega ao **Brasil** até o final do primeiro semestre, está preparada para receber o Ginga.

"Ainda estamos estudando o Ginga, mas as TVs vendidas ao longo de 2012 receberão uma atualização com o sistema até o final do ano", disse Fernanda Summa, gerente de produto da LG, ao iG. A partir do ano que vem, as TVs fabricadas pela LG no **Brasil** já devem sair de fábrica com os recursos de interatividade.

### **Um longo caminho**

Até o início do ano que vem, os fabricantes garantem que produzirão a cota de TVs exigida pelo governo brasileiro. Entretanto, governo e indústria sabem que o Ginga ainda precisa percorrer um longo caminho para cair nas graças dos espectadores. "O governo sabe que a portaria que obriga a presença do Ginga nas TVs não basta. É preciso um conjunto de medidas complementares para aumentar a cobertura do sinal digital e também estimular o **desenvolvimento** de aplicações interativas", diz Alvarez, do Minicom.

Valdeir Becker, doutor em **TV digital** pela Universidade de São Paulo (USP) que pesquisa sobre o tema há 10 anos, diz olhar para o futuro do Ginga com pessimismo. "As emissoras ainda não encontraram uma forma de pagar o investimento na interatividade, mas torço para que dê certo", diz Becker. Todas as grandes emissoras já oferecem algum tipo de conteúdo interativo desenvolvido para Ginga, mas algumas delas restringem as informações apenas a alguns programas ou horários específicos. Até agora, somente o SBT mantém um portal interativo para TVs com Ginga, que fica 24 horas no ar.

Outro pioneiro em **TV digital**, André Barbosa, gerente de suporte da Empresa **Brasil** de Comunicação (EBC), responsável pelo projeto de interatividade nas emissoras públicas, acredita que a obrigatoriedade do Ginga nas TVs foi o primeiro passo para que as aplicações interativas ganhem espaço e o recurso se torne conhecido e útil para os telespectadores no Brasil. "Amargamos a espera pela obrigatoriedade do Ginga nas TVs, mas agora o sonho se tornará realidade."

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Produção industrial ainda fraca</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A indústria teve mais um desempenho frustrante no primeiro trimestre, segundo relato de líderes empresariais de segmento **importantes** e estimativas de economistas especializados. A dificuldade de concorrer com os **importados** no **mercado** doméstico e o mau momento da **exportação** de manufaturados, num cenário de real forte, prejudicaram o setor, também afetado pelo fato de que alguns segmentos ainda estavam ajustando estoques nos primeiros meses do ano. Fabricantes de máquinas e equipamentos, produtos elétricos, eletrônicos e de papelão ondulado relatam um primeiro trimestre sofrível, em alguns casos com retração no volume produzido.

A trajetória ascendente do **comércio**, serviços e infraestrutura no país e o freio na atividade industrial levaram a nítida mudança no perfil de desembolsos do Banco Nacional do **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**). Nos últimos seis anos, a fatia do **comércio** e serviços no total de liberações triplicou, enquanto a participação da indústria diminuiu quase à metade.

### Vendas da indústria decepcionam no primeiro trimestre

Por Sergio Lamucci e Carlos Giffoni | De São Paulo

A indústria teve mais um desempenho decepcionante no primeiro trimestre de 2012, segundo relato de líderes empresariais de setores **importantes** e estimativas de economistas que acompanham de perto o segmento. A dificuldade de concorrer com produtos **importados** e o mau momento da **exportação** de manufaturados, num cenário de real forte, prejudicaram a atividade industrial, também afetada pelo fato de que alguns segmentos ainda ajustaram estoques nos primeiros meses do ano.

Fabricantes de setores como máquinas e equipamentos, produtos elétricos e eletrônicos e papelão ondulado relatam um primeiro trimestre sofrível, em alguns casos com retração no volume produzido. A expectativa é que haja alguma uma melhora mais consistente no segundo semestre, quando entra em vigor grande parte das medidas do governo de estímulo à indústria e o efeito da queda dos juros será mais intenso.

O vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Fernando Bueno, acredita que o primeiro trimestre foi "levemente" negativo na comparação com o mesmo período de 2011. "A perspectiva do pacote para a indústria teve impacto negativo no curto prazo, já que empresários optaram por aguardar medidas, como o corte da taxa de juros do **BNDES**, e adiaram encomendas." Segundo ele, março deverá reverter o crescimento de 0,9% acumulado entre janeiro e fevereiro, na comparação com o primeiro bimestre de 2011.

Bueno diz que os pedidos em carteira para o setor de máquinas e equipamentos foram 20% menores em dezembro do ano passado, na comparação com dezembro de 2010. Ele não identifica uma reação do setor no começo deste ano. "Se terminarmos o ano no empate com 2011, teremos uma vitória."

Para Bueno, o principal motivo para esse pessimismo está no fato de que muitos industriais já deixaram de comprar máquinas no exterior para **importar** diretamente o bem de consumo industrializado. Apesar do câmbio, foram as **exportações**, que representam 26% do faturamento do setor, que sustentaram o crescimento no primeiro bimestre, diz ele. "No **mercado** interno, o resultado do ano já está negativo."

Bueno acredita que o pacote de incentivo anunciado pelo governo dará um fôlego para o setor. Ele espera que, no melhor dos cenários, a recuperação tome forma no segundo semestre de 2012. "Até lá, o pacote não terá efeito claro."

O Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**) também teve um primeiro trimestre fraco, segundo o assessor econômico da presidência da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas** (**Fieam**), Gilmar Freitas. Ainda sem números fechados, ele estima que o faturamento tenha caído de 7% a 10% em relação ao primeiro trimestre de 2011. A **produção**, por sua vez, deve ter recuado 3% no período, diz. A queda mais forte do faturamento, na comparação com o volume de **produção**, ocorreu porque houve queda de preços, devido à a forte concorrência do **importado**, segundo Freitas. "O câmbio valorizado tem prejudicado a competitividade das empresas."

De acordo com Freitas, o setor de eletroeletrônicos e o metal-mecânico (que trabalha principalmente fornecendo insumos para as empresas do **PIM**) tiveram um desempenho

fraco no primeiro trimestre. O segmento de motocicletas vai um pouco melhor.

Ele é mais otimista quanto às perspectivas para o resto do ano. Acredita em crescimento mais forte a partir do segundo trimestre e espera que o faturamento de 2012 repita os US\$ 41 bilhões do ano passado. "Em relação ao próximo trimestre, acreditamos numa melhora, com a interferência que o governo deve fazer para melhorar o câmbio e diminuir a valorização do real."

A concorrência do produto estrangeiro e as **exportações** fracas também atrapalham a indústria elétrica e eletrônica, segundo Humberto Barbato, presidente da Abinee (a associação do setor). Ele ainda não tem números oficiais sobre o resultado do primeiro trimestre, mas acredita que o volume produzido recuou em relação ao mesmo período do ano passado, ao passo que o faturamento deve ter ficado no mesmo nível. Segundo Barbato, o fato de o faturamento ir melhor que a **produção** se deve ao aumento das **importações**, o que permite a algumas empresas melhorar a rentabilidade à custa de reduzir a fabricação no país.

Entre os setores filiados à Abinee, Barbato diz que as empresas que produzem celulares e as que fabricam equipamentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica mostram mau desempenho. As primeiras têm problemas com a concorrência **importada**, enquanto as outras têm sofrido com a proximidade do fim das concessões do setor elétrico em 2015, o que tem feito algumas empresas adiarem investimentos. Para ele, a expectativa de retomada mais forte fica para o segundo semestre, quando entram em vigor as medidas que aliviam a carga tributária para alguns

segmentos da indústria e o impacto da redução dos juros será mais forte.

No setor de papelão ondulado, o primeiro trimestre teve um desempenho aquém do esperado para o ano, diz Ricardo Trombini, presidente da ABPO, a associação do setor. Entre janeiro e fevereiro, a expedição do produto cresceu 1,28% na comparação com igual período do ano passado, abaixo dos 2,5% a 3% previstos para 2012.

A expectativa de Trombini é que em março tenha havido uma aceleração, com o desempenho do mês 1,5% melhor que em março de 2011. "Depois de março é que vamos sentir uma retomada da indústria. No primeiro trimestre, ainda estávamos saindo do vale de **produção** e agora começa um reforço da atividade."

A previsão é que o trimestre apresente um crescimento de 1,5% na comparação com igual período do ano passado. "Nossa projeção de crescimento já leva em consideração as medidas que o governo vem tomando para fortalecer a indústria. Todos foram surpreendidos com o arrefecimento do **mercado** no fim do ano passado."

Para ele, o câmbio tem grande relevância para que medidas como a desoneração da folha de pagamento surtam efeito. "Não adianta reduzir alguns impostos, se não tivermos um câmbio que permita ter competitividade para **exportar** e combater os **importados** no **mercado** interno."

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Guerra dos portos pode ir à votação</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Por Raquel Ulhôa | De Brasília

O líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), acredita que o Senado tem condições de aprovar nesta semana, em definitivo, a proposta de resolução que reduz e uniformiza as alíquotas de Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** em operações interestaduais de produtos **importados** (número 72), "limpando a área" para os senadores se dedicarem à extensa pauta que precisa ser liquidada até junho, quando começam as mobilizações nos Estados, em torno das convenções para escolha dos candidatos às eleições municipais.

Na pauta do Senado até junho, Pinheiro inclui a investigação do caso Demóstenes Torres (sem-partido-GO) - que pode levar a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) -, o projeto da Lei da Copa, e a definição dos novos critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O rateio do FPE precisa ser alterado pelo Congresso Nacional até 31 de dezembro de 2012, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Nós, da bancada do PT, vamos jogar pesado para completar [a discussão das questões envolvendo] o pacto federativo", diz Pinheiro. Pela Constituição, o Congresso também tem que votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) até julho, sob pena de deputados e senadores ficarem sem recesso parlamentar.

Para o petista, a redefinição do rateio do FPE precisa ser votada no Senado até o fim de junho. "Senão, vai ficar difícil. Depois vem o recesso de julho. E em agosto e setembro praticamente não deve haver votação, por causa das eleições. Depois, até o Congresso engrenar de novo, só lá para novembro", prevê. A proposta ainda precisará ser submetida à Câmara dos Deputados.

Com relação às denúncias envolvendo Demóstenes, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar elege amanhã, terça-feira, o presidente - que deverá ser Vital do Rêgo (PMDB-PB) -, para dar início ao processo por quebra de decoro.

Como segunda maior bancada, o PT tem direito a escolher o relator. Se Wellington Dias (PT-PI) não quiser a

tarefa, o líder petista pode ceder a vaga a Pedro Taques (PDT-MT), já que o PDT integra o mesmo bloco do PT.

Demóstenes é acusado de envolvimento com Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, o chefe de esquema de exploração ilegal de jogos de azar em Goiás. Segundo Pinheiro, o conselho deve abrir amanhã mesmo o processo, que pode resultar na cassação do mandato do senador goiano.

Na opinião do líder do PT, a votação da resolução nº 72 - que tem o objetivo de acabar com a guerra fiscal dos portos - não deve enfrentar problemas, depois do acordo feito na semana passada entre senadores e governo, que aceitou discutir a mudança do indexador das dívidas dos Estados. No mesmo acordo, a votação do **ICMS** de **importação** também ficou condicionada à votação do projeto que define a regra da cobrança do **ICMS** no **comércio** eletrônico.

Na quinta-feira da semana passada, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, afirmou que o governo aceitou condicionar a votação da proposta de resolução do **ICMS** de **importação** à análise dos projetos que mudam o indexador das dívidas dos Estados e alteram a regra da cobrança do **ICMS** no **comércio** eletrônico (e-commerce).

O projeto de resolução 72 está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), cuja reunião semanal é quarta-feira. Depois, será submetido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Pinheiro defende que, havendo acordo, a proposta seja votada ainda nesta semana também na CAE e no plenário. "Se tiver acordo, a gente quer passar o rodo nesta semana, inclusive no plenário", afirma o líder.

A vinculação foi reivindicada por líderes partidários da Casa ao ministro Guido Mantega (Fazenda), que submeteu o pedido à presidente Dilma Rousseff. Segundo Ideli, na quinta-feira ela obteve aval para a negociação. A ministra disse que, havendo acordo para votar as propostas de mudança dos indexadores das dívidas estaduais e nas regras do e-commerce em troca da análise da resolução 72, o governo consegue atender "boa parte" das reivindicações dos governadores.

"Isso possibilita aos governadores equilíbrio das suas contas, capacidade maior de investimento e justiça tributária", disse Ideli. "Todos os governadores pedem que seja retirado o IGP-DI [como indexador], que é alto, e seja trocado pela Selic. Esse projeto precisará apenas de pequenas adequações para ser votado", acrescentou.

De acordo com a ministra, hoje as dívidas estaduais são corrigidas por IGP-DI mais 6% a 9% ao ano, dependendo do Estado, o que corresponde a uma correção de 11% a 16%. A Selic, por sua vez, está fixada em 9,75% ao ano.

A ministra também declarou que as atuais regras na cobrança do **ICMS** nas vendas pela internet chegam a penalizar de 15% a 20% a arrecadação de alguns Estados, já que a legislação estabelece que o Estado de origem da venda do produto recolha o imposto. "Ao modificar isso, fazer uma repartição do **ICMS** entre o Estado que sedia a empresa

que vende e o Estado que recebe a **mercadoria**, nós vamos ter uma partilha melhor do **ICMS**", resumiu.

De acordo com o líder, é "bobagem" achar que o funcionamento do Conselho de Ética vai prejudicar as votações. Ele acredita que o número de senadores é suficiente para atuar em várias frentes: conselho, análise da Lei da Copa e discussão dos projetos do pacto federativo.

"Não tem isso de paralisar uma coisa para tocar outra. Vamos resolver a resolução 72, começar a Lei da Copa, abrir o conselho de ética e avaliar se deve ou não haver CPI, e tocar o FPE e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)", diz. Embora o STF não tenha determinado mudança do Fundo de Participação dos Municípios, Pinheiro acredita que haverá pressão para que as distorções desse fundo também sejam corrigidas. (Colaborou Daniela Martins)

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>O pacote industrial</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Julio Gomes de Almeida, Ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e professor da Unicamp**

O pacote anunciado pelo governo comporta uma articulação entre objetivos conjunturais e estruturais que nos parece correta em termos de uma adequada política industrial. Medidas conjunturais visam dar aos setores mais afetados pela crise da indústria uma capacidade de defesa ou de reação diante da concorrência do produto importado. Como se sabe, o impasse presentemente vivido pelo setor reflete tantos fatores internos - baixo crescimento da produtividade, custos sistêmicos elevados e moeda sobrevalorizada -, quanto fatores externos que levaram a uma redobrada disputa por mercado escassos ao redor do mundo por parte das potências industriais.

A velocidade do processo de penetração do produto importado no mercado brasileiro tornou indispensável a adoção de medidas compensatórias para minimizar o impacto na produção doméstica enquanto ações de maior alcance não surtem efeito.

Nenhum país em condição semelhante a que vive o Brasil deixaria de adotar medidas dessa natureza para "dar tempo ao tempo" e assim permitir que sejam promovidas novas estratégias empresariais e empreendidos ajustes na produtividade e no emprego.

O "pacote" atuou nessa direção ao tomar medidas de defesa comercial, ampliação do crédito do BNDES e postergação de pagamento de impostos dos setores mais atingidos.

A desoneração da folha de salários se insere nesse contexto, mas seu alcance será maior. Não é particularmente expressivo o benefício de redução do recolhimento empresarial ao INSS na passagem da base folha de salários para a base faturamento, mas a mudança permitirá que o recolhimento seja excluído das exportações e incluído nos impostos cobrados na importação.

Colabora, portanto, para a isonomia tributária entre a produção realizada no país e no estrangeiro. Mais do que qualquer outra coisa, a indústria brasileira precisa de igualdade de condições com o produto importado e a medida vem nessa direção, embora seja de pequena magnitude diante do enorme diferencial de custos que se acumulou contra o produto nacional.

Algumas outras importantes ações contribuirão mais com a mudança estrutural. Isenções de impostos para a produção nacional de bens da tecnologia de informação e comunicações darão impulso a esse segmento inovador e disseminador de ganhos de produtividade. As medidas que irão beneficiar a produção de equipamentos de telecomunicações, bens e serviços utilizados na infraestrutura de internet em banda larga, computadores portáteis e semicondutores, têm maiores chances de êxito porque vêm acopladas a programas governamentais de grande envergadura.

Finalmente, o regime automotivo. O Brasil dispõe de um dinâmico mercado de veículos como poucos países têm e é relevante que disso resulte um correspondente dinamismo da produção, da produtividade e do emprego de qualidade na cadeia automotiva. O novo regime para vigorar entre 2013 e 2017, a nosso ver poderá estabelecer um marco de regulação de suma relevância para a nova etapa que se abre no desenvolvimento da produção automobilística no Brasil. Isso por si só assegurará no período de vigência do novo regime um aumento do crescimento econômico brasileiro.

O Brasil dispõe de um dinâmico mercado de veículos e é relevante que disso resulte um correspondente dinamismo da produção

	VEÍCULO FAPEAM	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Sect-AM mobiliza parlamentares em prol do <u>Centro de Biotecnologia da Amazônia</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**09/04/2012 - A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect-AM) está protagonizando uma mobilização em prol do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). O objetivo é pressionar as instâncias competentes por uma definição urgente quanto ao modelo de gestão do CBA e sua identidade jurídica.**

Como parte dessa iniciativa, a secretaria organiza, no próximo dia 16 de abril (segunda-feira), às 9h, a visita de uma comitiva formada por parlamentares amazonenses das esferas estadual e federal ao CBA. A finalidade é propiciar a oportunidade de conhecer o funcionamento do Centro, os projetos atualmente em execução, bem como chamar a atenção para a importância estratégica do CBA, que se tornou o maior complexo laboratorial da Região Norte destinado à inovação em produtos e processos ligados à biodiversidade amazônica.

O titular da pasta de C&T do Estado, Odenildo Sena, destaca que, apesar do CBA completar 10 anos de implantação em 2012, não consegue cumprir a contento sua missão de atuar na área de inovação tecnológica a partir do aproveitamento sustentável da biodiversidade amazônica devido à falta de definição quanto a sua identidade jurídica. “Ratifico a necessidade de o Brasil entender a importância do CBA e assumir o compromisso de oferecer a este Centro as condições legais para que possa funcionar plenamente”, afirma.

Conforme o secretário, a intenção é oferecer aos parlamentares subsídios acerca do Centro de Biotecnologia da Amazônia e sensibilizá-los para que possam aderir a esse processo de mobilização. “É preciso que os nossos políticos passem a ter um envolvimento maior nessa questão, pois somente dessa maneira, abrindo as portas do CBA para pessoas com poder de decisão, será possível mudar esse cenário”, frisa. Odenildo Sena destacou ainda que “a Secretaria está fazendo a sua parte, contudo, é preciso que outras entidades possam aderir a essa mobilização para ampliar a pressão em torno da definição urgente de uma identidade jurídica para o centro”.

#### **Outras ações**

Em dezembro do ano passado, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti), presidido por Odenildo Sena, e o Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap) encaminharam uma carta aos Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Meio Ambiente (MMA) e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), envolvidos na criação do CBA. O objetivo foi cobrar uma atitude em relação à ausência de personalidade jurídica do centro. No mesmo mês, foi divulgada a criação de uma comissão tripartite para estruturar o CBA, sob a coordenação do secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI, Carlos Nobre.

Em fevereiro deste ano, o secretário de Ciência e Tecnologia, acompanhado por assessores, realizou nova visita ao CBA com o intuito de tomar conhecimento de sua atual situação. Na ocasião, Sena firmou compromisso em liderar mobilização em prol do Centro. “O CBA está pronto, só é preciso que se decida se vai ser uma empresa privada, se vai ser empresa pública ou se vai ser uma fundação de caráter privado, ele só precisa disso”, comentou o secretário na oportunidade.

#### **Trajatória do CBA**

Iniciativa do Governo Federal no âmbito do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade Amazônica (Probem), em 1997, o projeto CBA foi executado, inicialmente, pela Associação Bioamazônica, organização social vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Somente nas instalações do centro, foram investidos cerca de R\$ 15 milhões, sendo 75% (R\$ 11,25 milhões) oriundos de recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e o restante (R\$ 3,75 milhões) do Ministério do Meio Ambiente.

Devido ao encerramento de contrato do MMA com a Associação Bioamazônica, o Governo Federal editou portaria determinando que a autarquia passasse a se responsabilizar pela continuidade das atividades de apoio e manutenção do CBA. A partir daí, a Suframa definiu um projeto estruturante com o fim de nortear as atividades de implantação do Centro, o que incluiu, entre outras ações, adequação de estrutura

física, montagem de laboratórios, além de capacitação de recursos humanos. No período de 1998 a 2010, foram aplicados recursos da ordem de R\$ 91,545 milhões no empreendimento.

Mesmo com os entraves de ordem jurídica, o **CBA** ganhou notoriedade. A sua estrutura física permite oferecer serviços, como análises físico-químicas e microbiológicas, além de ensaios de eficácia e segurança toxicológica. Atualmente, o **Centro de Biotecnologia da Amazônia** está inserido nas

principais políticas industriais brasileiras e com parcerias formalizadas em diversas instituições de pesquisa e centros de tecnologia do **Brasil** e do exterior. O Centro também dispõe de autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético para acesso à biodiversidade amazônica para fins econômicos.

Fonte: Ciência em Pauta (Sect-AM), por Lisângela Costa

	VEÍCULO BAHIA ECONOMICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>GOVERNO FEDERAL EXCLUÍ ZPE DE ILHÉUS ENTRE AS PRIORITÁRIAS DO PAÍS</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

#### Terreno onde seria instalada a ZPE de Ilhéus

O jornal Valor Econômico, de 31 de março, 01 e 02 de abril último, publicou interessante matéria sobre as ZPEs-Zonas de Processamento das Exportações, dando conta de novos fatos que podem ajudar a implementá-las. Criadas em 1988, no Governo Sarney, o Programa de ZPEs foi paralisado no período Collor, reativado com Itamar Franco e desmobilizado na Gestão FHC, supostamente por oposição do então Ministro José Serra.

O País conta com 23 distritos incentivados e o vigésimo quarto está prestes a sair, com a criação da ZPE de Uberaba, MG. A Bahia tem Ilhéus como sede de uma das ZPEs já definidas, tendo, portanto, interesse em que o programa seja deflagrado efetivamente.

Uma das razões apontadas para esse fato e para a fraca atratividade para os empresários reside no elevado coeficiente de obrigatoriedade de exportações pelas empresas potencialmente interessadas, estipulado, no decreto de 1988, em pelo menos 80% da produção individual. Na avaliação do atual Governo, esse coeficiente não mais se justifica porquanto o mercado interno é robusto e as exportações naquele nível não encontram destinos fáceis na atual conjuntura, em vista da crise internacional.

Nesse sentido, em boa hora a Senadora baiana Lídice da Mata apresentou o Projeto de Lei 764/2011 no Senado,

reduzindo o mencionado coeficiente para 60%, com possibilidade de fixá-lo em 50% no caso dos projetos que desenvolvam softwares ou prestem serviços vinculados à tecnologia da informação, outra área que foi contemplada na proposta. O PL, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos depois da aprovação na

Comissão de Desenvolvimento Regional, teve aparentemente boa acolhida do Governo e do Ministro Fernando Pimentel.

Agora, o Governo Dilma Rousseff definiu as seis ZPEs em que vislumbra potencial para funcionar a partir do fim de 2014. São elas: Senador Guimard (Acre), Bataguassú (Mato Grosso do Sul), Parnaíba (Piauí), São Gonçalo do Amarante (Ceará), Jaboatão dos Guararapes (Pernambuco) e Barcarena (Pará), sendo que a de Bataguassú, a única que não pertence ao Poder Público, mas a um grupo de seis empresários, é a principal aposta do governo.

Como se observa, a julgar pelas informações do Valor Econômico, Ilhéus não figuraria no universo daquelas consideradas mais aptas a decolar na gestão da Presidente Dilma Rousseff. O município e o Governo do Estado terão muito trabalho pela frente para tirar a ZPE de Ilhéus do papel. Mas, a luta continua valendo a pena.

José Maciel dos Santos Filho  
jose.maciel@camara.gov.br